



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO CABRAIS
7ª LEGISLATURA – 4º Período Legislativo ANO 2024.

PAUTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 17/01/2024
DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS SEGUINTE PROJETO

Projeto de Lei 001/2024 - Autoriza abertura de Crédito Especial e Suplementar por Superávit Financeiro.

Projeto de Lei 002/2024 - Inclui Ação no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024(LDO) e Lei Orçamentária Anual de 2024. Autoriza a Abertura de CRÉDITO ESPECIAL por REDUÇÃO.

Projeto de Lei 003/2024 - Da nova redação a lei nº 336/2001, de 28 de dezembro de 2001, atualizando o piso salarial profissional aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Projeto de Lei 004/2024 - Cria Vaga para o Cargo de Assistente Social e Psicólogo.

Projeto de Lei 005/2024 - Cria Vaga para o Cargo de Pedreiro.

Projeto de Lei 006/2024 - Da nova redação Lei nº 665/2005, de 27 de julho de 2005.

Projeto de Lei 007/2024 - Aprova o Calendário de Eventos do Município de Novo Cabrais para 2024 e dá Outras Providências.

Projeto de Lei 008/2024 - Dispõe sobre o pagamento de diferença remuneratória aos servidores que especifica para o cumprimento dos pisos de enfermagem, na extensão do quanto disponibilizado pela União ao Município a título de assistência financeira complementar

Projeto de Lei 009/2024 - Autoriza o Poder Executivo a Contratar em Caráter Emergencial e dá Outras Providências.

Projeto de Lei 010/2024 - Autoriza o Poder Executivo a Instituir o Programa de Estímulo a Expedição de Notas Fiscais, Estabelece Sorteios e Premiação e Dá Outras Providências.

Projeto de Lei 011/2024 - Da nova redação Lei nº 2621/2023, de 19 de dezembro de 2023



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO CABRAIS
7ª LEGISLATURA – 4º Período Legislativo ANO 2024.

2

Projeto de Lei 012/2024 - Altera Padrão de Vencimento para os cargos de Médico Ginecologista e Obstetra e Médico Psiquiatra, bem como altera os coeficientes segundo a classe dos Padrões 13 e 14.

Projeto de Lei 013/2024 - Autoriza prorrogar o Contrato decorrente da autorização prevista no Art. 1º da Lei Nº.2388/2022, de 17 de janeiro de 2023, a qual autorizou o Poder Executivo a Contratar em Caráter Emergencial.